

Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC – Câmpus Florianópolis Continente

*Challenges for the policy of permanence and success at IFSC –
Campus Continental Florianópolis*

*Los desafíos de la política de permanencia y éxito en IFSC –
Campus Florianópolis Continente*

Franciani Maria de Souza ¹
Instituto Federal de Santa Catarina

Adriano Larentes da Silva ²
Instituto Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo analisa os desafios da política de permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Florianópolis Continente, a partir de depoimentos de oito integrantes da Comissão Local e da Gestão Escolar. As entrevistas foram realizadas entre 2021 e 2022 e mostram como ocorreu localmente a implantação do Plano de Permanência e Êxito do IFSC nos anos de 2018 e 2019. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória, utilizando-se da abordagem metodológica pesquisa documental. Conclui-se que a implementação da política caracterizou-se, especialmente, por levantamento de dados e aplicação de ações pontuais, sendo a assistência estudantil uma importante estratégia a ser ampliada. Além disso, o processo de trabalho no Câmpus se deu, sobretudo, de forma mecanizada para atendimento à demanda de órgão de controle, sem reflexões coletivas aprofundadas.

Palavras-chave: Abandono Escolar; Permanência e Êxito no IFSC; Ensino.

Abstract: This paper aims to analyze the challenges for the policy of permanence and success at Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Continental Florianópolis, from the testimony of eight members from Local Commission and School Administration. The interviews were held between 2021 and 2022 and they show how occurred the local implantation of the Permanence and Success Plan of IFSC along the years of 2018 and 2019. This is a qualitative study with an exploratory nature, which operates with the methodologic approach of a documental research. In this text we conclude that the policy was specially characterized by data gathering and their application in specific actions in which assisting the students was an important strategy to be enhanced. Besides this, the work process within the campus happened foremost mechanically in order to answer the demand from the regulatory institution without significant and collective reflections.

Keywords: School Dropout; Permanence and Success at IFSC; Teaching.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Técnica Administrativa em Educação do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Florianópolis Continente, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: franciani.souza@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2567772284488808>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4925-4314>.

² Pós-doutor em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Nacional Autônoma do México. Professor do Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: adriano.larentes@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4667474166242258>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3604-5281>.

Resumen: El presente artículo analiza los desafíos de la política de permanencia y éxito en el Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus Florianópolis Continente desde los testimonios de ocho participantes de la Comisión Local e de la Gestión Escolar. Las entrevistas fueron realizadas entre 2021 y 2022 y muestran como ocurrió localmente la implantación del Plan de Permanencia y Éxito del IFSC en los años de 2018 y 2019. Este se trata de un estudio cualitativo, de naturaleza exploratoria, que utiliza el abordaje metodológico de la investigación documental. Se puede concluir que la implementación de la política se caracterizó, especialmente, por la recopilación de datos y aplicación de situaciones específicas, siéndola asistencia estudiantil una importante estrategia a ser ampliada. Además de eso, el proceso de trabajo en el Campus se dio, sobretodo, de manera mecanizada para que fuera posible atender a la demanda del organismo de control, sin reflexiones colectivas y profundas.

Palabras-clave: Abandono Escolar; Permanencia y Éxito en el IFSC; Enseñanza.

Recebido em: 12 de dezembro de 2022

Aceito em: 23 de março de 2023

Introdução

Este artigo é um recorte do resultado da pesquisa de mestrado sobre os desafios da política de permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) - Câmpus Florianópolis Continente. Tal dissertação foi defendida em 2022 junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), realizado no IFSC. Trata-se, portanto, de uma síntese da pesquisa realizada e visa analisar os desafios e ações da política de permanência e êxito para o enfrentamento do abandono escolar no Câmpus Continente por meio da análise de depoimentos de envolvidos com a temática nos anos de 2018 e 2019.

O público-alvo do Câmpus Florianópolis Continente é composto por jovens e adultos. O eixo tecnológico do Câmpus é o de Turismo, Hospitalidade e Lazer, condizente com a realidade da região. O Câmpus oferta cursos de Qualificação Profissional, cursos Técnicos Subsequentes, cursos ligados ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), cursos de Graduação e cursos de Especialização.

O tema da permanência e êxito é um dos grandes desafios enfrentados por diferentes instituições educativas no Brasil e no mundo que atuam nos diversos níveis e modalidades de ensino, inclusive aquelas que se dedicam à educação profissional, científica e tecnológica, como é o caso dos Institutos Federais.

Conforme Fritsch (2017), abandono escolar³ é um fenômeno complexo, caracterizado pela não conclusão/desistência dos estudos, resultando em consequências econômicas, sociais e acadêmicas. Está associado a “múltiplas causas vinculadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino” (FRITSCH, 2017, p.84).

O abandono escolar é um problema presente em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, no caso do Câmpus Florianópolis Continente, resulta em uma situação bastante preocupante, evidenciada por altas taxas de abandono escolar.

Em 2018, o Câmpus Continente apresentou a taxa de abandono mais alta dos Institutos Federais do estado (54% dos estudantes matriculados). Situação semelhante ocorria em outros Câmpus, fazendo do IFSC um dos Institutos Federais com maior índice de abandono naquele ano. Ademais, o IFSC apresentou uma taxa de abandono (ou egresso sem êxito) de 44% no período de 2009 a 2017 (IFSC, 2018).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) demandou respostas da Rede Federal a partir de 2015, considerando a problemática do abandono escolar em âmbito nacional e os questionamentos advindos do Tribunal de Contas da União. Desde então, houve um movimento de construção dos Planos de Permanência e Êxito nos Institutos Federais, incluindo a construção do Plano no IFSC em 2018. Posteriormente, foram criadas as Comissões Locais de Permanência e Êxito para implementação do plano.

Desta forma, o objetivo principal do presente artigo é analisar os desafios da política de permanência e êxito à luz dos depoimentos de oito participantes da Comissão Local e da Gestão do IFSC Câmpus Florianópolis Continente.

Abandono escolar e exclusão social

O sistema escolar possui mecanismos de exclusão que ultrapassam a simples reprodução das desigualdades sociais, adicionando fatores à desigualdade e à exclusão. As trajetórias estudantis são construídas segundo critérios meritocráticos por meio de processos de hierarquização e classificação. Nesse sentido, os estudantes são responsáveis pelo desempenho escolar (DUBET, 2003). Portanto, conforme Dubet (2003, p.34) “a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua “natureza” reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares”.

³ No presente artigo, optamos pelo uso do “termo” abandono escolar, visto que ele expressa de forma mais abrangente a complexidade do fenômeno e suas diversas determinações.

Portanto, é necessário ultrapassar concepções que individualizam os resultados da educação. O estudante não deve ser encarado como incapaz de acompanhar o ritmo imposto pela escola quando a própria organização escolar não possibilita condições concretas de sucesso, já que desconsidera a origem e a realidade social de diversos estudantes (ARROYO, 1992). Arroyo (1992, p. 49) acrescenta ainda que estudantes já “chegam a escola reprováveis”.

Para Arroyo (1992), a cultura do fracasso escolar é produzida historicamente pela organização e estrutura da escola enquanto instituição social e cultural. A escola continua atuando no domínio seriado e disciplinar sem considerar a lógica sociocultural, sendo estruturada para excluir. Portanto, segundo Dubet (2003, p.34), “a exclusão escolar, considerada sob o ângulo de um fracasso escolar importante, provoca ipso facto uma relativa exclusão social”.

De acordo com Dubet (2003), a exclusão não é determinada somente pelas relações de produção, mas é reproduzida e produzida no ambiente escolar. Ampliando a discussão, Dubet (2003) reflete a complexidade das relações de produção e reprodução da exclusão na economia e escola.

Desta forma, Dubet (2003) problematiza o conceito de exclusão escolar sob a ótica da inexistência de neutralidade, sendo a escola produtora de exclusão, atendendo aos anseios da lógica econômica e funcionando segundo parâmetros mercadológicos.

Na linha desse pensamento, Arroyo (1992) trata do enfoque reprodutivo da cultura da exclusão nas escolas e nas relações de trabalho. Nesse sentido, os fatores relacionados à dimensão econômica e social reproduzem a cultura da exclusão: a “realidade econômica e social é o caldo dessa permanente reprodução da cultura da segregação e exclusão de que a cultura do fracasso escolar faz parte” (1992, p. 49).

Alves e Canário (2004, p. 1005) entendem que a exclusão social é “um fenômeno de natureza social cuja origem se situa no mundo do trabalho”. Portanto, a produção do fenômeno da exclusão se dá no contexto social, envolvendo o mundo do trabalho estruturado sob o modelo econômico capitalista.

A escola, em todos os seus níveis e modalidades, deveria ser uma instituição promotora de formação humana e de transmissão dos conhecimentos da humanidade, no entanto, está a serviço do modelo econômico vigente. Assim, resta-nos a expectativa de melhorias no vislumbre da realidade em constante transformação, a qual a escola faz parte. De acordo com Arroyo (1992), os movimentos sociais são fundamentais para pressões que promovam mudanças na cultura da exclusão e do fracasso escolar.

Com base nas reflexões trazidas pelos autores supracitados, é evidente que o estudante excluído ou abandonado na escola, por várias razões de ordem contextual e escolar, não encontra outra alternativa senão, abandonar o curso vigente.

Além de expressar as mazelas do sistema escolar, o abandono pode demonstrar o próprio desempenho do sistema e das instituições educacionais com o vislumbre de fatores e variáveis determinantes da qualidade de ensino (FRISCH, 2017).

Trabalho e permanência e êxito

Segundo Saviani (2007), o trabalho e a educação são atividades inerentes e exclusivas do ser humano. Para Saviani (2007), em dado momento, a educação e o trabalho coincidiram, porém, a divisão de propriedades estabeleceu classes de proprietários de terras e classes de não proprietários/trabalhadores.

Dessa maneira, a divisão da sociedade em classes introduziu também a separação na educação: intelectual para homens livres e prática para a classe trabalhadora (educação realizada no processo produtivo). O ensino intelectual deu origem à escola institucionalizada. Portanto, a produção da existência humana por meio das relações produtivas propiciou a cisão entre educação e trabalho para atendimento de demandas econômicas, resultando de um lado o trabalho manual e do outro, a produção intelectual (SAVIANI, 2007).

No entanto, segundo o pensamento de Marx (2011), o trabalho significa a humanização do homem e não apenas um meio para alcançar um fim: a acumulação do capital.

A formação humana se dá na articulação de diversos elementos, envolvendo o trabalho e a vida coletiva. Com base nesses elementos, é imprescindível que a educação profissional e tecnológica esteja fundamentada nas concepções da formação humana, proporcionando o domínio intelectual da técnica e das formas de organização social (KUENZER, 2000).

A educação é um modo de controle do processo produtivo. Assim, é necessário a aprendizagem tecnológica para o domínio de conhecimentos científicos que proporcionem o olhar crítico para inserção no processo de produção (NOGUEIRA, 1990).

No entanto, o mesmo trabalho, desempenhado de formas diferentes, pode significar tanto humanização como alienação do homem. Segundo Konder (2008), o processo produtivo quando significado de forma deformada pode gerar sofrimento. A deformação se origina nas seguintes categorias: na divisão social do trabalho, na apropriação privada dos meios de produção e no surgimento das classes sociais.

Há uma contradição social, forjada pela submissão da força de trabalho de uns sob o domínio de outros. Nessa situação, a classe trabalhadora não domina as condições e os resultados do processo de produção. A ausência de apropriação do produto do trabalho é entendida como alienação. O homem não se apropria e se liberta com a sua criação (KONDER, 2008).

As relações de trabalho precárias vêm trazendo facetas distintas para a configuração da classe trabalhadora. O avanço de tecnologias e a utilização de novas máquinas diminuiu postos de trabalhos, porém, aumentou diferentes demandas laborais. As fortes mudanças no capitalismo influenciam a morfologia do trabalho no Brasil, que apresenta um desenho multifacetado (ANTUNES, 2014).

Dessa forma, para Antunes (2014), os diversos tipos de trabalhadores fazem parte das forças sociais que reproduzem a mais-valia e a valorização do capital. Existem variáveis distintas e semelhanças que unem estes trabalhadores. De outro modo, o sistema de produção homogeneiza trabalhadores por meio das condições precárias de trabalho, presentes no Brasil e no mundo.

Essa é uma realidade nacional e mundial, com influência em níveis locais e regionais e em setores como o turismo, hospitalidade e lazer, para os quais são voltadas as ofertas de cursos de formação cidadã, profissional e tecnológica do IFSC Câmpus Florianópolis Continente.

A partir de estudo efetuado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (publicado em 2015 com dados referentes ao ano de 2013) é possível evidenciar que o turismo possui características importantes na realidade do trabalho no setor em âmbito nacional, estadual e municipal, como a informalidade, sazonalidade, baixa remuneração e pouca escolaridade da classe trabalhadora formal. Essas peculiaridades revelam uma maior precarização do trabalho no turismo em comparação a outros setores da economia.

Conforme Kilbert e Moesch (2014), o turismo faz parte do contexto capitalista e não escapa das contradições do próprio sistema de produção e reprodução do capital. Dessa forma, por mais que o turismo apresente grandes benefícios para a economia de diversos municípios, traz também a degradação à comunidade receptora, considerando os aspectos sociais, ambientais, culturais, político-institucionais e econômicos.

O turismo carrega em si uma complexidade difícil de se apreender em sua totalidade na faceta da economia. A classe trabalhadora do ramo não usufrui da produção de riqueza, isto é, devido às condições precárias de trabalho, não consegue aproveitar períodos de lazer que fazem parte da existência humana. São sujeitos que trabalham nas horas de lazer dos consumidores, porém, são pessoas constituídas por uma totalidade que não se restringe apenas a categoria trabalhador ou trabalhadora (KILBERT; MOESCH, 2014).

Desse modo, a realidade do trabalho ao nível mundial e nacional, assim como, as peculiaridades da economia de Florianópolis são influências externas que impactam no tema da permanência e êxito no Câmpus Continente.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa deste trabalho está embasada nos pressupostos do paradigma dialético. De acordo com Severino (2013), pressuposto teórico é a base primária ou verdade que possibilita o início das pesquisas. O paradigma dialético fundamenta-se em conceitos importantes sobre as condições e condutas humanas. Conforme Severino (2013), no método dialético destacam-se os seguintes pressupostos: totalidade, complexidade e dialeticidade.

Conforme Severino (2013), o objeto social de pesquisa, segundo o paradigma dialético, é tratado em sua amplitude complexa, influenciado por fatores articulados entre si, sendo esses sociais, históricos, políticos e econômicos.

Dessa forma, o IFSC será compreendido à luz do paradigma dialético. A partir desse entendimento, o IFSC é uma instituição resultante de múltiplas determinações mutáveis nas e pelas relações sociais, políticas e econômicas, expressando as contradições da sociedade capitalista num movimento contínuo de transformação. Os contextos se diferem dependendo da abrangência local, nacional e mundial. Diante disso, neste estudo foram utilizados os pressupostos do paradigma dialético para apreensão e interpretação da realidade social, histórica, política e econômica referente aos desafios da permanência e êxito do IFSC Câmpus Continente.

Diante dos pressupostos para pesquisas sociais, este estudo é de natureza qualitativa, “uma vez que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” (MINAYO; DESLANDES, 2009, p. 14). Conforme Minayo e Deslandes (2009), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que objetiva acessar fenômenos da subjetividade humana, construída na realidade social.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Para a produção dos dados, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com roteiro previamente estruturado para o levantamento histórico do período de 2018 a 2019 sobre a política de permanência e êxito do IFSC e, especialmente, do Câmpus Florianópolis Continente. Destacamos que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos sob parecer consubstanciado datado em 6 de julho de 2021.

Conforme Minayo e Deslandes (2009), a técnica de entrevista consiste na apreensão de dados objetivos e de significados sobre determinada experiência. Os dados subjetivos são construídos a partir de opiniões, valores e atitudes, etc. Segundo Lakatos (2003, p. 196), a entrevista “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica”. Dessa forma, ela “proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”.

O público-alvo desta pesquisa é composto por membros da Comissão Local de Permanência e Êxito e representantes da Gestão do Câmpus, totalizando 8 participantes. O critério de escolha dos participantes consistiu no quesito de maior experiência com a política se comparado a outros sujeitos e na representação ampliada da comunidade escolar: 3 técnicos administrativos, 1 docente, 3 membros da gestão (2 docentes e 1 técnico administrativo) e 1 estudante. As entrevistas ocorreram no período de novembro de 2021 a março de 2022.

Após a produção dos dados, realizamos o tratamento e análise das informações a partir dos fundamentos da análise de conteúdo de Bardin (1977) e da literatura pertinente ao tema.

Segundo definição dada por Bardin (1977), a análise de conteúdo é um grupo de técnicas de análise da comunicação, visando à obtenção de indicadores (quantitativos ou não) que permitem processos sistemáticos e objetivos de caracterização de seu conteúdo para inferir informações sobre as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas declarações.

Resultados da pesquisa: a percepção de envolvidos quanto à aplicação da política de permanência e êxito no Câmpus Florianópolis Continente

A percepção de envolvidos quanto à aplicação da política de permanência e êxito no Câmpus Florianópolis Continente expressa a ideia de que a política foi aplicada, todavia, as etapas e seus processos não possuem aprofundamento e tampouco alcança sua total efetividade, uma vez que os dados foram levantados e novas ações não foram realizadas para dar continuidade, mesmo existindo o levantamento das causas do abandono estudantil.

Segundo participantes, a implementação da política de permanência e êxito iniciou-se no âmbito do IFSC com uma formação geral sobre o tema e seguiu para formação específica na Comissão local como preparação para posterior implementação.

Apesar da formação inicial para a implementação da política, os participantes mencionaram que não sabiam como colocar em prática as informações apreendidas na formação. Bem como, após o trabalho realizado pela Comissão local composto pela produção de dados quantitativos e qualitativos, não ocorreu um processo contínuo de implementação da política com proposições de estratégias e ações:

Então, na época a gente identificou várias dessas coisas, mas não foi suficiente a gente identificar, a gente precisa ir além e agora como a gente faz isso na prática acontecer (Participante 3).

A gente não conseguiu chegar nas demandas, do que podemos fazer, como vamos mudar (Participante 7).

O desafio de implementação das ações planejadas sugere inconsistências em etapas metodológicas anteriores que sistematizam o processo de pesquisa e implementação de intervenções, conforme pressupostos teóricos envolvidos. As etapas metodológicas científicas proporcionam a percepção e compreensão do fenômeno estudado para além da realidade imediata. Para Kuenzer (2003), a interpretação da realidade estudada deve ultrapassar os fenômenos aparentes do cotidiano, aproximando-se da totalidade.

As inconsistências em etapas metodológicas anteriores se referem ao processo de criação do Plano de Permanência e Êxito do IFSC. Segundo análise documental realizada na pesquisa de mestrado que resultou neste artigo, foram encontradas inconsistências metodológicas nas bases conceituais e no diagnóstico quantitativo e qualitativo (SOUZA, 2022).

Portanto, as fragilidades da política eram evidentes na concepção do Plano desenvolvido pelo IFSC com reprodução de orientações do documento orientador desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) à rede federal. Desta forma, sem romper o ciclo de reprodução, o Câmpus Continente seguiu as orientações contidas no Plano de Permanência e Êxito do IFSC. A insuficiência de trabalho reflexivo na construção da política é retratada no depoimento de participantes:

[...] o que está mais evidente são os dados quantitativos, quantos e o porquê, mas a reflexão mesmo dos dados qualitativos talvez não foram discutidos (Participante 2).

Não houve assim nenhuma discussão mais ampla, tão pouco teórica sobre o tema e aquilo virou uma tarefa (Participante 4).

Não foi um trabalho muito reflexivo (Participante 7).

Portanto, a metodologia de pesquisa consiste em passos sistemáticos de aproximação do fenômeno estudado. A reflexão teórica é o fundamento da pesquisa para o alcance de validade e efetividade prática. Do contrário, os dados podem tornar-se como um fim em si da prática pela prática, sem reflexões mais aprofundadas.

De forma geral, a política que foi aplicada na instituição não avançou além da fase de produção de dados e aplicação de ações pontuais para diminuição do abandono escolar, como caracterizado por participantes:

A gente tentou montar um quebra-cabeça para identificar essas questões relacionadas à permanência e êxito como causas, consequências e possíveis ações para isso. Então, eu acredito que dentro dessas nossas discussões tudo foi baseado no plano de permanência e êxito da instituição (Participante 7).

Eu lembro que a gente conseguiu fazer a parte de diagnóstico, de buscar implementar algumas ações, mas não de maneira assim, vamos dizer, efetiva e que a gente conseguisse manter uma periodicidade de manutenção, tanto quanto de coleta de dados, quanto de uso daqueles dados (Participante 3).

Depois disso, basicamente depois que se atendeu o preenchimento desses documentos não se falou mais [...] eu penso que essas ações, elas são importantes, mas não só pontuais, elas precisam ser a longo prazo e permanente, uma ação permanente de permanência e êxito (Participante 5).

Segundo Alvarez (2020), a maioria dos Institutos federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica (26 Institutos de um total de 38) possuem políticas para promoção da permanência e êxito estudantil. Porém, é necessário a implementação de ações e monitoramento para avaliação do êxito atingido.

Como proposta de ação, citamos como exemplo o Observatório Pedagógico Institucional (OPI) com a implementação de Serviço de Orientação e Informação (SOI) à egressos candidatos ao IFBA-Irecê e proposição de novas propostas pedagógicas, dentre elas o projeto de Acolhimento dos Alunos ingressantes em 2017 no Campus Irecê (DOURADO, MUTIM, ALECRIM, 2018).

Além disso, sugere-se a identificação dos motivos e causas da evasão de modo rápido e objetivo, por meio do acompanhamento psicopedagógico para a criação de estratégias de permanência e êxito (SOUSA, ALMEIDA, GUIMARÃES, 2023).

Na presente pesquisa, os participantes identificaram que a maioria dos estudantes do Câmpus pertencem à classe trabalhadora, dessa forma, precisam conciliar seus horários junto às aulas disponibilizadas. Além disso, entende-se que a maioria dos estudantes que ingressaram nos cursos, possuem a intenção de concluí-lo e receber uma qualificação certificada para adentrar em áreas e ocupações mais bem remuneradas, alcançando uma maior qualidade de vida. Salientamos que é, justamente, o conciliar laboral, estudantil, entre outras responsabilidades como filhos, serviços domésticos, etc., que começam a se tornar barreiras para que estudantes se formem. A condição de estudante trabalhador/trabalhadora fica evidente nos trechos a seguir:

E aí a concretude da vida, quando ele tem que decidir se ele fica na escola ou se ele trabalha para se sustentar, obviamente, ele vai resolver as necessidades primárias dele e a escola fica para depois (Participante 4).

Os motivos eram os mais variados: não me identifiquei com o curso, a pessoa quando começa acha que vai dar conta de trabalhar e estudar, o cansaço vai batendo, ela vai largando (Participante 4).

Destaca-se que a categoria trabalho é a principal influência para a ocorrência do abandono escolar. As relações produtivas são influências associadas à dimensão externa à instituição. No entanto, defendemos que a escola também influencia a sociedade num movimento dialético. Na visão de Coelho (2014, p.167): “a escola também tem sua responsabilidade, pois se acredita que a educação tem um papel fundamental para a mudança social, para transformação do domínio hegemônico de exploração do trabalhador”.

Além disso, consideramos o pensamento de Mészáros (2008, p. 67) para destacar a importância do princípio educativo como forma de emancipação da classe trabalhadora: “para romper com a lógica do capital, em especial da visão de trabalho para o mercado produtivo, é necessário ‘promover, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação’”.

Portanto, a implementação da política de permanência e êxito no Câmpus não teve continuidade e monitoramento dos resultados, uma vez que a sua construção foi impactada por um conjunto de fatores como intenções, concepções subjacentes e metodologia de pesquisa ao nível institucional.

Para Frigotto (2014, p.82) referente à formação profissional de caráter meramente instrumental, “a dimensão propriamente escolar dos IFs está preservada, mas passa-se a demandar destes também a dimensão investigativa e de ação político-social”.

Mudanças amplas nos Institutos Federais não serão efetivadas apenas por determinação legal ou por processos administrativos. As transformações institucionais acontecerão nos espaços coletivos de problematização e politização da mudança com a mobilização da classe trabalhadora, já que a mudança implica muito mais que o cumprimento burocrático da legislação (FRIGOTTO, 2014).

Assim como, não há neutralidade numa sociedade dividida em classes sociais, regida por parâmetros políticos, mas, diversas posições fundamentadas em distintas visões de mundo. A forma como os embates e escolhas internas ocorrem nos Institutos Federais, expressa posição política de defesa pela manutenção ou transformação da realidade.

Assistência Estudantil como importante ferramenta de combate ao abandono estudantil

A Assistência Estudantil é uma importante ferramenta no auxílio aos estudantes em sua trajetória acadêmica. Como já apresentado, o abandono atinge altas taxas no Câmpus Continente, todavia, a criação de políticas e uso dessas ferramentas pode ser um diferencial na busca pela promoção da permanência e êxito. Vale evidenciar que não basta somente criar, a aplicação dessas ferramentas e estratégias necessitam ser realmente efetivas, alcançar e identificar estudantes com potencial de abandono escolar.

Os depoimentos de participantes demonstram a importância de políticas associadas à Assistência Estudantil como repasse de recursos financeiros, alimentação e auxílio-moradia compostos por programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) compreendido também pelo Programa de Atendimentos aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAEVS):

O PNAE, de suma importância o PNAE. Então, às vezes, o trabalhador vem direto da empresa para escola para ter um lanche legal, para ele poderia fazer diferença dele ficar ou não, porque se ele tiver que comprar o lanche já começa a onerar o estudo dele (Participante 3).

[...] tem a questão da assistência estudantil que ela vem com uma proposta de melhorar as condições para que ele consiga estudar com mais qualidade (Participante 5).

[...] Enfim, qualquer benefício que a gente consiga passar para o estudante para que ele não tenha essa preocupação e consiga conciliar melhor trabalho e estudo, eu acho que seria a melhor solução do programa. Se a gente conseguir isso, a gente já vai tá tendo sucesso (Participante 6).

O PNAES é uma política de suma importância para contribuir com a garantia do direito à educação. Conforme estabelecido no Art. 2º do Decreto nº 7.234/2010, são objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e abandono; e contribuir para a promoção da inclusão social.

Araújo *et al* (2019), a partir de estudo sobre o impacto da implantação da assistência estudantil na permanência estudantil no ensino superior no IFCE Câmpus Iguatu, observaram que as melhores taxas de permanência foram encontradas em estudantes beneficiários da Assistência, em todos os cursos.

A Assistência Estudantil foi concebida, primeiramente, para diminuir as desigualdades sociais que comprometem a trajetória formativa e para proporcionar condições de permanência. Posteriormente, a estratégia de Assistência Estudantil foi direcionada também para o enfrentamento da retenção e abandono escolar (COSTA, 2021).

Portanto, a estratégia inicial de promoção de condições concretas para a permanência estudantil é extremamente necessária. As condições materiais precárias têm origem nas desigualdades sociais históricas de grupos excluídos. Neste caso, o enfrentamento do abandono escolar ocorre, de certa forma, na estrutura das condições sociais associadas à exclusão social.

Dessa forma, a Assistência Estudantil é uma estratégia com finalidades amplas associadas ao histórico da educação brasileira. Segundo Costa (2021), a Assistência Estudantil tem por finalidade o enfrentamento do abandono escolar, da retenção e das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

No entanto, apesar do Plano Nacional de Assistência Estudantil constituir-se em avanço para as políticas de apoio à permanência escolar, tem sido insuficiente para propiciar condições de permanência na educação profissional e para atender as demandas da realidade concreta dos estudantes da classe trabalhadora.

Falco e Oliveira (2021) por meio de pesquisa sobre permanência e êxito no Câmpus Capivari (IFSP-CPV), compreendem a importância da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes e reconhecem a sua relevância no processo de formação dos alunos em vulnerabilidade social. Porém, não existe uma política que contemple todos os alunos que necessitam da Assistência Estudantil no Câmpus Capivari.

Em análise de pesquisa sobre permanência e abandono, Coelho (2014, p. 166) constata “que há necessidade, além de uma avaliação mais sistematizada desta política, de reflexões sobre as necessidades dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais”.

A ampliação de programas de auxílio estudantil pode ser um avanço no aperfeiçoamento da política de permanência e êxito com foco na melhoria das condições materiais que influenciam na permanência num vislumbre de formação:

[...] Então esse aluno, penso eu, deveria ter uma bolsa de um salário-mínimo no mínimo. Porque eu fico pensando, uma bolsa de mestrado é quanto? É 1.500,00? Por que o aluno do PROEJA não pode ser também ou o aluno do técnico? Ele é um estudante igual a qualquer outro (Participante 4).

Acho que pensar esta política como outras, é algo central, mas como eu te falei, não vejo isso desassociado de uma ampliação de recursos, porque sem recurso não se faz nada (Participante 4).

Eu penso que ela deveria ser ampliada para atender todos os que são vulneráveis dentro do que é o conceito de vulnerabilidade social. Eu acho que a assistência estudantil é uma das ações, uma das coisas que contribui aí na permanência e no êxito (Participante 5).

Apesar da falta de disponibilização governamental de recursos suficientes para atendimento às demandas socioeconômicas de públicos historicamente excluídos, um projeto de sociedade compromissada socialmente, poderá gerar o reconhecimento da real importância do engajamento social para a implementação ampla da política e seu impacto gerado nas condições materiais de estudantes, e conseqüentemente, na permanência e êxito estudantil.

Costa (2021) cita que o Programa de Assistência Estudantil, mesmo com suas fragilidades, contribui para fornecer o que é direito de todos: a sobrevivência mínima e, posteriormente, a educação. Em outras palavras, promover a permanência e êxito estudantil, inclui garantir, primeiramente, o direito à sobrevivência.

A importância e efetividade da política de permanência e êxito, segundo participantes, para mitigar os casos de abandono escolar do Câmpus

A aplicação da política de permanência e êxito não foi nula, porém, é evidente que possui um potencial mais elevado do que o alcançado. Os participantes empenharam-se em produzir os dados para o levantamento inicial, todavia, somente coletá-los é insuficiente para o combate do abandono escolar. Há ferramentas aplicadas como auxílio financeiro e social para estudantes, entretanto, não alcança de modo suficiente todos os alunos que realmente precisam. Destacamos também a necessidade do compromisso de todos os setores que se envolvem com estudantes para estabelecer uma política efetiva, devendo envolver reitoria, núcleo pedagógico, coordenação e docentes.

De forma detalhada, a fala de servidores do Câmpus evidencia o entendimento da problemática do abandono escolar e a necessidade de implementação de estratégias e ações mais efetivas, porém, por diversas razões como o foco nas atividades burocráticas e falta de recursos financeiros, os servidores vivenciaram limites e desafios para a aplicação da política:

[...] a gente não consegue ser estratégico, a gente só consegue apagar o fogo. Eu acho que é falta também de a gente poder parar para fazer isso (Participante 3).

Então, eu acho que o principal desafio é a gente montar uma equipe que consiga olhar para isso, que consiga ficar focado nisso. É aquilo que a gente falou no início, todo mundo correndo atrás do operacional (Participante 3).

O principal desafio é reunir as pessoas envolvidas, os docentes, o núcleo pedagógico, a gestão, eu acho que é um assunto da escola toda (Participante 4).

Os que não estão ali foi por motivos maiores, por força maior, não por falta de atenção, de ouvir, isso daí não foi, isso não foi falta (Participante 8).

A burocracia é uma das marcas do serviço público, especialmente, no IFSC como foco deste estudo. Muitas vezes, a atuação da instituição está focada nas atividades burocráticas a cumprir e nos regulamentos a seguir.

Portanto, é evidente que com o número reduzido de profissionais para tantas atividades burocráticas, outras demandas ficam em segundo plano ou são tratadas apenas como uma atividade burocrática. Nessa perspectiva, não há reflexão relacionada à estrutura da problemática, pois a importância consiste, prioritariamente, no cumprimento de tarefas, como avaliam participantes:

[...] Ela só precisa ser menos burocrática e mais efetiva (Participante 1).

Eu acho que em teoria ele é bom, ele não é ruim, o problema é que a gente não consegue colocar em prática no nosso cotidiano como um todo. Então, ele precisa estar mais adaptado à nossa realidade. Eu digo a nossa realidade no sentido de recursos humanos (Participante 3).

Eu acho ela pro forma, protocolar, ela não tem vida, ela é morta, ela é um documento que está na gaveta empoeirado (Participante 4).

Talvez a gente nunca resolva, mas a gente olhar para ele de fato e não só para cumprir um protocolo (Participante 5).

Fazemos a crítica referente ao engessamento envolvido nos processos burocráticos. O atendimento restrito à regulamentação e cumprimento de determinação legal, como demonstrado, resultou em perda de sentido do trabalho e de reflexões mais aprofundadas.

Conforme Pacheco (s/d *apud* FERRETTI, 2014, p. 91), a transformação de uma instituição burocrática para uma instituição democrática envolve um processo lento de mudanças de mentalidades e de culturas, “passando, necessariamente, pelo conhecimento e diálogo com os projetos de vida e de sociedade tanto dos sujeitos do cotidiano escolar como daqueles que deste não participam diretamente, mas que dele podem se beneficiar ou sofrer seus impactos” (PACHECO s/d *apud* FERRETTI, 2014, p. 91).

De forma geral, ressaltamos a importância da construção coletiva da política de permanência e êxito no IFSC pelo corpo técnico, pelos docentes, pela gestão, pelos estudantes

e pela comunidade em geral para que o trabalho de implementação faça sentido para as pessoas envolvidas, propiciando contribuições da coletividade envolvida direta e indiretamente com a problemática, conforme salientam participantes:

Eu penso que deveria ter momentos formativos para depois a gente elaborar as estratégias, porque se não a gente já é muito contaminado de respostas prontas. Eu acho que só um processo formativo questionador poderia fazer a gente pensar melhor as estratégias (Participante 4).

Eu acho que a construção começou via Reitoria pela parte de ensino com as gestões dos Câmpus também, mas de novo eu volto a dizer, não foi envolvido todo o corpo técnico dos Câmpus na construção dessa política e talvez ali, ela não teve o resultado que deveria ter (Participante 2).

A partir da totalidade dos relatos, é notável a fragilidade envolvendo a construção da política no IFSC, com impactos no Câmpus Continente. A política de permanência e êxito foi construída com insuficiência de reflexão coletiva sobre concepções relacionadas à problemática do abandono escolar. Desta maneira, o processo de trabalho no Câmpus Continente foi realizado de forma simplificada, reduzindo-o às etapas de pesquisa como produção de dados, criação e aplicação de estratégias e ações pontuais.

A necessidade do trabalho coletivo na construção de políticas públicas fundamenta-se no pensamento de Ferreti (2014, p.84): “quanto mais uma política é discutida com aqueles a quem ela se dirige, tanto maiores as chances de que seja legitimada por eles quando posta em prática”.

O trabalho reflexivo coletivo para a criação da política, incluindo metodologia de pesquisa científica, é atravessado por diversas posições políticas, inexistindo verdades absolutas. Segundo Gadotti (2003, p.37) “o que leva a definir o ponto de vista do caráter da ciência que produzimos é a opção de classe. Mesmo assim, essa opção não oferece nenhuma garantia de que estamos no caminho certo”. De acordo com Gadotti (2003, p. 35), em análise do pensamento de Marx sobre os pressupostos dialéticos: “numa sociedade de classes é impossível fazer ciência de forma imparcial, ciência neutra desengajada”.

Dessa forma, a origem da política de permanência e êxito e sua materialização no IFSC envolveu posições políticas distintas. A etapa conceitual com reflexão coletiva, base que solidifica o planejamento estratégico, tal qual o Plano de Permanência e Êxito do IFSC, foi tratada de forma superficial. Conseqüentemente, as fragilidades encontradas na concepção da política impactaram também a implementação local do plano no Câmpus Florianópolis Continente.

Sinteticamente, a efetivação de política pública depende de uma série de fatores. De acordo com Ferretti (2014), a efetivação de uma política ocorre para além da sua formulação e legislação. Depende do atendimento complexo de diversos aspectos, desde o devido apoio governamental até aspectos políticos, sociais, econômicos ou culturais.

Conclusões

O movimento histórico, em especial nos anos de 2018 e 2019, configurou a implementação da política de permanência e êxito no Câmpus Florianópolis Continente. Os antecedentes da determinação de medidas pelo TCU e a disponibilização de plano orientador para o enfrentamento do abandono pela SETEC demonstram o panorama mais geral com efeitos na construção e operacionalização da política no IFSC e, em específico, no Câmpus.

Evidenciamos nesta pesquisa a necessidade da reflexão coletiva sobre as intenções subjacentes, a base conceitual e a metodologia do trabalho de construção do plano de permanência e êxito para efetividade concreta da política. Desta maneira, é preciso haver o comprometimento com a ciência, engajada politicamente, uma vez que o IFSC é uma instituição ofertante de formação profissional, científica e tecnológica e socializadora do conhecimento científico acumulado pela humanidade.

As medidas ao nível institucional são úteis e necessárias, porém, as contradições são inerentes ao funcionamento das instituições. Portanto, o processo paulatino de conscientização das estruturas das relações de trabalho e do papel social da educação pode contribuir com a compreensão das influências do abandono escolar e das necessidades concretas dos estudantes.

O enfrentamento do abandono escolar requer mudanças a longo prazo nas estruturas excludentes que influenciam a problemática do abandono escolar. O processo de mudança cultural com a sensibilização e a conscientização coletiva pode impulsionar transformações.

O fenômeno do abandono escolar não deve ser enfrentado com medidas mecânicas e burocráticas para atendimento célere a órgão de controle, pois trata-se de um fenômeno complexo e influenciado por diversas variáveis que estruturam a sociedade. Além disso, a educação profissional e a sociedade influenciam-se mutuamente no funcionamento social regido pela economia do capital. Portanto, as precariedades das relações de trabalho fazem parte da realidade concreta vivida por estudantes da classe trabalhadora.

De outro modo, a materialização da educação profissional, científica e tecnológica fundamentada em pressupostos da formação humana e emancipatória, contribui para o

desenvolvimento humano, caracterizado pela atuação consciente e crítica na sociedade. A educação baseada no trabalho como princípio educativo pode elevar a classe trabalhadora ao nível intelectual de criticidade e conscientização para a projeção da emancipação humana e de uma vida em sociedade mais igualitária.

Quanto ao papel do IFSC no aperfeiçoamento da política, a atualização do plano de permanência e êxito é uma etapa importante para o alcance de resultados efetivos no enfrentamento do abandono escolar. Desta forma, constrói-se o fundamento sólido para a implementação efetiva da política no Câmpus Continente.

Apesar dos desafios e limites de ordem financeira e de equipe para a concretização do direito à educação, condizente com o público de estudantes da classe trabalhadora, destacamos as potencialidades para o enfrentamento do abandono escolar. A educação profissional tem potencial transformador pelo ensino fundamentado nos pressupostos do trabalho como princípio educativo, no trabalho permeado pela discussão coletiva de concepções, estratégias e na ênfase da relação entre teoria e prática, como ilustrado nas palavras de Ferretti (2014, p.27) “a articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito viabiliza melhores condições de inserção, permanência e participação política no mundo do trabalho e das relações sociais de modo a contribuir com a emancipação da classe trabalhadora”.

Referências

ALVES, N.; CANÁRIO, R. Escola e exclusão social: das promessas às incertezas. *Análise Social*, Lisboa, v. 38, n. 169, p. 981-1010, 2004. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218650678S9rNN2a1Cx82TV2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ALVAREZ, K. R. Permanência e Êxito escolar nos Institutos Federais. *Ensino em Foco*, Salvador, v.3, n.6, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/681/447>. Acesso em: 30 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.55847/ef.v3i6.681>.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.28, n.81, p. 39-53, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142014000200004>.

ARAUJO, S. A. L. *et al.* Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. *Avaliação*, Sorocaba, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300722&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 31 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>.

ARROYO, M. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. *Em Aberto*, Brasília, ano 11, n.53, jan/mar. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2145/1884>. Acesso em: 09 de agosto.2022.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

COELHO, A. J. D. P. *Permanência e abandono escolar na educação profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul*. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1030/1/CT_PPGTE_M_Coelho%2c%20Alexsandra%20Joelma%20Dal%20Pizzol_2014.pdf Acesso em: 24 mar. 2021.

COSTA, E. C. *As percepções dos beneficiários e servidores sobre o programa de atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social no Instituto Federal de Lages-SC*. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2021. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-humanas/mestrado-ch/1306-as-percepcoes-dos-beneficiarios-e-servidores-sobre-o-programa-de-atendimento-aos-estudantes-em-vulnerabilidade-social-no-instituto-federal-de-lages-sc/file>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DOURADO, A. M. S.; MUTIM, A. L. B.; ALECRIM, M. A. R. S. Evasão e Permanência no IFBA-IRECÊ: velhos desafios, novos olhares. *Ensino em Foco*, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/444/323>. Acesso em: 30 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.55847/ef.v1i1.444>.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000200002>.

FALCO, B. S. B.; OLIVEIRA, I. C. C. A política de Assistência Estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes. *Cadernos Cajuína*, v.6, n.3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/500/430>. Acesso em: 31 mai. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.500>.

FERRETTI, C. J. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas *In: KUENZER, A. Z et al.; Franciane Heiden Rios; Roberta Rafaela Sotero Costa; Sandra Terezinha Urbanetz (org.). Educação profissional: desafios e debates*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FRIGOTTO, G. Alcance e limites das políticas públicas de educação profissional de emprego e renda. *In: KUENZER, A. Z et al.; Franciane Heiden Rios; Roberta Rafaela Sotero Costa; Sandra Terezinha Urbanetz (org.). Educação profissional: desafios e debates*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FRITSCH, R. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem os jovens do Ensino Médio de escolas públicas. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Orgs.). *Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 14a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IFSC – INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plano estratégico de permanência e êxito dos estudantes do IFSC*. Florianópolis, SC: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/0/Plano+de+Perman%C3%Aancia+e+%C3%8Axito/11b7634e-0c69-4056-9034-a40275ff9a0b>. Acesso em: 29 nov. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013, para o Brasil e regiões*. produto 5. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

KILBERT, E. C.; MOESCH, M. M. Trabalho no Turismo: essência, aparência e análise do panorama dos trabalhadores do Brasil e Goiás. In: XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 2014. Fortaleza, 2014 [Anais]. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/145.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Rev. Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n.70, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKVWFjwJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302000000100003>.

LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. livro 1, v.1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS. I. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez, 1990. 220p.

PACHECO, E. M. *Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Natal: Editora IFRN, 2010.

RAMOS NETO, J.O. A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. *Educação em Revista*, Marília, v.20, n.2, p. 7-24, Jul.-Dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999>. Acesso em: 10 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2019.v20n2.02.p7>.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico (livro eletrônico)*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 01 de março de 2021.

SOUSA, C. O.; ALMEIDA, M. D. B.; GUIMARAES, V. C. Contribuições do apoio pedagógico ao discente do IFG Câmpus Uruaçu para a permanência e êxito no Ensino Médio integrado, *Revis. Foco*, Curitiba, v.16, n.2, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/959/743>. Acesso em: 31 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n2-086>.

SOUZA, F. M. *Os desafios da política de permanência e êxito no IFSC - Câmpus Florianópolis Continente*. 2022, 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11850519. Acesso em: mar. 2023.